

# Em Minas, faz bico.

## No Nordeste, é empresário

Ao contrário dos nordestinos, mineiros mais pobres não conseguem ter acesso a crédito para produção

MARINELLA CASTRO E PAOLA CARVALHO

Os microempresários mineiros estão concentrados nas classes A, B e C (com renda familiar entre R\$ 1.115 e R\$ 4,8 mil por mês). Aos pequenos empreendedores de baixa renda, que recebem até R\$ 760, resta o trabalho informal, conhecido como "bico". O microcrédito – linha de financiamento para produção com juros inferiores a 2% ao mês – só avançou em estados do Nordeste, onde os empréstimos são concedidos por bancos públicos. Em Minas, como em outros estados das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, o empréstimo ao pobre é concedido pelas financeiras, com juros que podem ultrapassar 100% ao ano, o que inviabilizaria o início de qualquer pequeno negócio. Os dados fazem parte do estudo *Pagando a promessa do microcrédito*, apresentado ontem pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Enquanto em Minas Gerais e São Paulo o percentual de microempreendedores na classe E é de apenas 7,5%, e 4,62%, respectivamente, o Piauí – estado mais pobre do país – está em primeiro lugar no ranking dos pequenos negócios. No topo da lista estão comerciantes e prestadores de serviços, que correspondem a 39,25% do total de microempreendedores do estado nordestino. "Acreditamos que, a partir de agora, o microcrédito terá potencial para decolar no país. O programa mostrou que pode incrementar o lucro do microempreendedor. E a taxa de inadimplência é muito baixa", diz o pesquisador Marcelo Neri, responsável pelo estudo. Segundo a

pesquisa, quando tem acesso ao microcrédito, a lucratividade média dos negócios cresce 42%, enquanto o lucro médio das instituições financeiras é de R\$ 50 por cliente, acompanhada de uma taxa de inadimplência de 1,13%.

Hoje o programa nacional de microcrédito está restrito a 700 mil clientes, sendo que a carteira do Banco do Nordeste é responsável por dois terços do volume movimentado, cerca de R\$ 550 milhões, aproximadamente um décimo do R\$ 1,2 trilhão que corresponde ao volume total de crédito movimentado no Brasil. A crise financeira mundial atingiu mais fortemente o microempreendedorismo nas cidades mais ricas. De maio de 2008 a maio deste ano, a atividade em São Paulo encolheu 3,62%. Em Belo Horizonte, a expansão foi próxima a 2%. Já Salvador foi uma das capitais que mais resistiu, crescendo 7,5%, a despeito da turbulência internacional. "O microcrédito está voltando ao nível pré-crise e a disponibilização dele está entre as prioridades dos grandes bancos varejistas", afirmou o assessor técnico da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), Ademir Vian.

Como explica Marcelo Neri, o Piauí é o estado mais empreendedor do Brasil. Campeão nacional da modalidade, o Piauí tem 18,3% do total de negócios nas mãos de pequenos empresários de baixa renda, sendo um exemplo a ser seguido. O estudo da FGV mostra que o programa cresce à medida que os brasileiros de classes sociais mais baixas começam a fre-

quentar os bancos, ou são visitados por seus agentes financeiros.

Em Minas Gerais, 74,3% dos microempreendedores estão concentrados nas classes A, B e C. Apenas 7,5% estão na classe E. Na capital, o número cai para 4,2%. "A classe pobre ainda não tem o próprio negócio, ainda é pouco desenvolvida", comenta Neri. Habilidade e espírito empreendedor sobram para a salgadeira Dejanira Dias, moradora no aglomerado Taquaril, Região Leste de Belo Horizonte. O que falta para que ela saia da informalidade e se transforme em uma empresária do setor de alimentos é justamente o crédito. Com renda familiar de um salário mínimo ao mês, Deja, como é conhecida na vizinhança, não pode atender todas as encomendas. "Ganhei um forno, mas precisaria ter uma batedeira de bolos e um freezer. Trabalhando sozinha, não consigo produzir grandes quantidades de uma só vez", comenta. Dejanira nunca ouviu falar sobre o programa de microcrédito: "Não posso pegar dinheiro em banco porque não tenho comprovação de renda. Até para fazer crediário é difícil", constata.

Esse é um outro gargalo solucionado pelo programa Crediamigo, que atua no Nordeste, no Norte de Minas, parte do Espírito Santo e, desde ontem, na Favela da Rocinha, no Rio de Janeiro. A análise do crédito não é financeira, mas baseada em uma ficha de bom pagador. O aval é também solidário, feito em grupos, nos quais os microempreendedores avalizam uns aos outros.

# Dinheiro ainda não chega aos pequenos

Os bancos brasileiros teriam que destinar 2% da média diária de depósitos à vista, hoje em torno de R\$ 2,3 bilhões, ao microcrédito. Mais da metade do montante, entretanto, fica retida no Banco Central (BC), pelas exigências do governo federal não se adequarem à real necessidade do pequeno empreendedor de hoje, de acordo com a própria Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

A Resolução 3.109 do Banco Central (BC), de 2003, estabelece a destinação de R\$ 1 mil por cliente, com juros de 2% ao mês, em até 24 parcelas. "Quem comprova que ganha até cinco salários tem esse direito. O ponto da ineficácia é que as instituições não são obrigadas a divulgar essa linha", pondera o presidente do Conselho de Administração da Associação Nacional de Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFAC), José Ronoel Piccin.

O assessor técnico da Febraban, Ademir Vian, explica que, para o microempreendedor ter direito a esse recurso, não pode ter saldo médio superior a R\$ 1 mil, o que, na maior parte das vezes, impede que

tenha acesso a linha de crédito estabelecida pelo governo. "Se tiver a aplicação de R\$ 1,5 mil na poupança, já não tem direito. Essa é a dificuldade dos bancos em atender a demanda", justificou. De qualquer forma, segundo ele, todos os grandes bancos varejistas dão atenção especial ao pequeno empresário, com políticas adaptadas à localização das agências.

Como o interesse dos bancos comerciais no microempreendedorismo não é tão grande, como disse Piccin, bancos públicos acabam fazendo esse papel nas capitais e regiões mais pobres. De janeiro de 2003 até ontem, o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), por exemplo, liberou R\$26,5 milhões, por meio do Programa Estadual de Crédito Popular (Credpop), para 31 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Ocips) e cooperativas que emprestam para o cliente final. Só no ano passado, quando o BDMG começou a atender também cooperativas de crédito, foram liberados R\$ 13 milhões. Para este ano, o orçamento é de R\$ 26 milhões. (PC)



Ganhei um forno, mas precisaria ter uma batedeira de bolos e um freezer. Trabalhando sozinha, não consigo produzir grandes quantidades de uma só vez”

■ Dejanira Dias, salgadeira que mora no Aglomerado Taquaril, em BH

## SAIBA MAIS

ANTÔNIO SCORZA/AFP - 5/10/08

### CRÉDITO NO BRASIL

Volume movimentado: R\$ 1,26 trilhão

Volume movimentado somente pelo microcrédito: R\$ 556 milhões

Número de clientes do microcrédito: 700 mil

#### PERCENTUAL DE MICROEMPREENDEDORES NA CLASSE E, POR ESTADOS (RENDA FAMILIAR ATÉ R\$ 760), EM %

Piauí .....	39,25
Ceará .....	29,68
Maranhão .....	27,9
Alagoas .....	26,92
Pernambuco .....	26,67
Rio de Janeiro .....	9,62
Minas Gerais .....	7,5
São Paulo .....	4,62

#### PERCENTUAL DE MICROEMPREENDEDORES NA CLASSE E, POR REGIÃO METROPOLITANA, EM %

Recife .....	21,27
Salvador .....	21,17
Belo Horizonte .....	7,48

#### PERCENTUAL DE MICROEMPREENDEDORES NA CLASSE E, POR CAPITAIS, EM %

São Luiz .....	16,96
Recife .....	14,2
Belo Horizonte .....	4,24

#### PERCENTUAL DE MICROEMPREENDEDORES NAS CLASSES A E B (RENDA FAMILIAR SUPERIOR A R\$ 4,8 MIL), POR ESTADOS, EM %

Distrito Federal .....	33
São Paulo .....	28
Paraná .....	24,8
Santa Catarina .....	23,64
Minas Gerais .....	17,18
Piauí .....	4,14%

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE



Favela da Rocinha, no Rio

ALEXANDRE MENEQUINI/AP - 27/2/04



Família da capital paulista

